

Precisou-se do Ceará na Independência

RAIMUNDO GIRÃO

O transplante da administração de Portugal para esta banda do Atlântico — fins de 1807 — marca, porventura, o piquete zero do processo evolutivo de nossa transformação política de 1822.

João VI trazia o governo, a família, a corte e, também, as angústias dos portugueses e instalou-se no Brasil como quem muda de casa e quer fixar-se. Fosse um Regente palerma ou, talvez mais certo, uma inteligência manhosa, é indiscutível que a par dos incômodos que veio provocar com a acomodação dos seus milhares de acompanhantes, muita vantagem nos trouxe — materiais, culturais, psicológicas.

Mas, passada uma dezena de anos, as prementes necessidades do reino de lá o chamaram, e retornou, a contragosto seu e ao bom grado da esposa cavilosa, Carlota Joaquina, deixando cá o filho mais velho. Antes, fizera do Brasil e Portugal um reino unido, que agora ia desunir, impertinentemente.

O rapaz ficaria, e ficou, com o título de Príncipe Regente. Moço de 23 anos de idade, viera aos dez, com os crachás de Condestável, e os treze outros cresceu vendo, sentindo e estimando a nova pátria. Temperamental, algo deseducado, destimado nos amores, com a aulicidade de Chalaças e outros parecidos, não foi difícil aos acontecimentos brasileiros aproveitá-lo como veículo ou instrumento daquilo que objetivávamos: sair do jugo, viver livre.

A liberdade é um instinto, antes de ser um pensamento ou aspiração. A planta, os bichos, o homem não suportam a sua ausência. Se há coação ou pressões, as raízes do vegetal

aluem pedras e arrombam muros, procurando vencê-los, e o heliotropismo fá-lo passar da altura dos outros para esgalhar frondoso e exuberante. Também os animais: as gaiolas, as jaulas, as confinamentos de qualquer sorte os desesperam. Igualmente o homem, seja o indivíduo, seja ele no grupo: o cárcere, a algema, a limitação abusiva dos movimentos o revoltam.

Os brasileiros, não obstante as conquistas decorrentes da retirada real, ainda viviam nas cadeias, tinham grilhetas no corpo e sofriam, o que era pior, o esmagamento das idéias. Valia a pena reagir, e a humilhação de sermos dos últimos latino-americanos ainda não libertos das amarrações européias mais nos incitava. E agora, muito mais; as medidas incoerentes das cortes de Lisboa pretendendo recompor a economia e a vida lusitana à custa da recolonização da rica feitoria da Sul-América. Decretos antipáticos, mal intencionados, abertamente insultuosos violentavam a paciência brasileira e, doutra parte, a já indistigável consciência de brasilidade impunha a solução da lâmina cortando o nó.

Oliveira Viana não encontra na formação do povo brasileiro o sentimento de comunidade *Nação*, noutras palavras — o complexo democrático do Estado *nacionalidade*, enfim uma consciência *nacional*, de anseios entranhados no povo como um ideal coletivo e permanente. Falta-nos, pelo menos ao tempo em que o escreveu, o sentimento consciente e profundo de nossa finalidade histórica, do nosso destino como povo, tal como não falta no inglês, no norte-americano, no alemão, no japonês, sempre orgulhoso, dir-se-á místicos de sua qualidade nacional. Trazem dentro da alma, palpitante, essa consciência, assim como os romanos amavam Roma: *cives sum romanus!* “Não tem nosso povo, considerado na sua expressão de povo-massa, a consciência clara de nenhum objetivo *nacional* a realizar ou defender, de nenhuma grande tradição a manter, de nenhum ideal coletivo, de que o Estado seja o órgão necessário à sua realização”.

Desce o sociólogo à demonstração, que pode convencer ou não convencer, porém concede em reconhecer que esse ânimo coletivo, essa mística nacional, o *sentimento* de Nação e não

apenas a *idéia* de Nação, empolgou-nos em algumas oportunidades, como, por exemplo, na ocasião da Independência, na guerra do Paraguai, na abolição da escravatura e, poderíamos acrescentar, durante a segunda guerra mundial. Só em momentos desses o Brasil foi por nós sentido e compreendido como uma totalidade orgânica, sob a forma de uma *idéia* determinante. No mais, o que sentimos, os brasileiros, é a nossa família, o nosso clã *parental*, o nosso partido *regional*, e quando o sentimos no todo o fazemos sem continuidade, de modo excepcional, num verdadeiro e momentâneo *état-de-foule*, na expressão dos sociólogos franceses.

Reconhece Viana que o sentimento ou mística nacional empolgou o brasileiro na luta da libertação de 1822; e, de fato, não estaria certo se não o reconhecesse. Já, então, como acentua João Ribeiro, se havia firmado uma *raça nacional*, de *dés-de-cabra*, que se opunha em antagonismo crescente aos *ádvenas* mascates ou *pés-de-chumbo*. Estaria nesta consciência de *raça* a “base física da revolução”. Sabíamos, já, assimilar idéias exteriores, de povos cultos, pois “as idéias e teorias espalham-se de povo a povo e cada povo se arroga o direito de utilizá-los como pode. A independência dos Estados Unidos fez pouco e pouco republicanas todas as nações da América”, e o Brasil, português perdido no vasto mar hispano-americano, arranjou, como *pôde*, uma república *sui generis*, governada por Imperadores. Tínhamos mais ao alcance a matéria prima de um Príncipe trabalhável aos nossos desígnios e com ele moldamos a Emancipação.

José de Alencar diria, num dos seus discursos: “as idéias de liberdade estavam na atmosfera política, a nação a respirava e sentia como o ar”. E acrescentou “a nossa Independência não teve senão um autor, um herói, e esse foi o povo brasileiro”.

No meio dos fatos, quase um títere, estava o ferosso Príncipe Real, agora Príncipe Regente, ferosso numas vezes, noutras um *dúbio*, e havemos esculpá-lo das tergiversações, pois o clima era quente e sufocante, ameaçando trovoadas e raios. A sua cabeça atulhava-se de conflitos de consciência, embaraçan-

do o discernimento. Ou fazia ou não fazia. Não fazer, era desobedecer às ordens do Pai, a seu turno colocado entre o não e o sim. Se o Príncipe se sujeitasse, viria por terra o quanto já havíamos obtido. A nossa contingência era evitar que não fizesse e instigá-lo a todo pano, por outro lado, a que fizesse.

Ao rei João mandava dizer que jamais seria um perjuro, e aos daqui demonstrava o desejo de cortar as cordas da submissão.

José Bonifácio e a Imperatriz representavam os melhores óleos canforados no sangue do jovem mandatário dos interesses dalém-mar. Bonifácio, a experiência, o saber, o equilíbrio; Leopoldina, o calor das atitudes de mulher que sabe estar em defesa do esposo, sem ao menos, em muitos casos, imaginar por que está. E não esqueçamos a interferência do Clube da rua da Ajuda, com o seu dirigente — José Joaquim Rocha —, um tetéu vigilante.

Chegam decretos absurdos e não os cumpre o Regente. Aumenta a tensão e daqui por diante é ele que decreta: tudo dependerá do seu “cumpra-se”. As providências de resposta aos absurdos são corajosas e delas não recua. Vai a Minas Gerais e São Paulo para pessoalmente dismantelar rebeldias. Ao quisto português da Bahia remete, para combatê-lo, tropas que pôde juntar. Não dorme, não o deixam dormir, nem seria possível dormir. O sono é incompatível com as exigências dos casos graves.

Ato de 29 de setembro — estamos em 1821 — obrigava o Regente a recolher-se a Portugal, sob o pretexto fútil de completar os estudos, e o que o portador conduziu de volta foi o destemor do *Fico*, de 9 de janeiro. Hesitou, mas afinal pediu comunicassem ao povo que não iria. Não fazia. Não fez, e aí está, há de dizer-se perfeita, a sonhada Independência. O mais será o rolar da pedra, montanha abaixo. Ninguém seguraria a pedra.

Em 13 de maio oferecem-lhe, ao Príncipe morgado, o título de Defensor Perpétuo do Brasil, e declara-se serem considera-

das inimigas as tropas mandadas por Portugal. A 1 de agosto, convoca-se uma Assembléia Geral Constituinte brasileira, a fim de — textualmente — “cimentar a Independência política deste reino, sem romper contudo os vínculos da fraternidade portuguesa”. Esta fraternidade continuaria e hoje se consagra com o seu retorno, o retorno dos seus restos mortais, momento em que os dois países firmam, solenemente, o melhor dos acordos — o Pacto de Amizade comum e indestrutível. Indestrutível, como foi indestruída ao correr de um sesquicentênio.

Vai longe: dirige mensagem aos povos estrangeiros informando-os de que fizera, sim, o fazia “por amor à vontade geral do Brasil que proclama à face do Universo a sua independência política”.

O 7 de setembro seria desta forma não mais que o selo vistoso da escritura. Não mais que a postura de um grupo lúcido de cavaleiros para a majestosa tela de Pedro Américo. Seria e foi a apoteose do drama de muitos atos começados vitoriosamente no *Fico* desobediente.

Todavia, o Brasil era imenso de milhões de quilômetros quadrados e não ecoaria senão lentamente o grito do Ipiranga. Os círculos sonoros do eco tardariam atingir toda a extensão do gigante.

No recôncavo baiano, a obstinação das forças reais, militares e civis, não abria concessões à nova formulação. Sitiados em Salvador pelos independentistas, teimavam em servir de ponto de sustentação aos zangados restauradores do regime aniquilado. Vem Labatut, vem Pirajá, vem Cabrito, vem Cochrane, e somente quase um ano depois do acontecimento do riachozinho paulista tiveram que capitular e ir embora nas precipitações desastrosas de uma carreira mar a dentro. O 2 de Julho passou à glória dos monumentos e às estrofes dos poetas. E com as honras todas. O que levou Pedro Calmon a dizer com toda a razão: “Ninguém dissesse, depois dos combates da Bahia, que a Independência fora um acordo, tratado amavelmente nos bastidores políticos”.

Restava a Cisplatina, que demorou, mas não sugeriu esforço maior. Restavam o Piauí, Maranhão e Grão Pará, onde era poderosamente rico o elemento luso: "o mais sólido núcleo português do País".

E o Norte estava longe, àquele tempo. Uma proeza ir até lá, e muito menos mandar-lhe do sul qualquer ajuda militar, empenhado todo o governo na situação dificultosa da Bahia.

Nesse setentrião estava o Ceará, que já aprendera pronunciar com todas as letras, a palavra *liberdade*. A notícia do 7 de setembro, andando como lesma, chegou à Fortaleza de N. Senhora da Assunção, coincidentemente, no dia em que, no campo de Santana, do Rio de Janeiro, era aclamado o imperador — 12 de outubro. Não havia telégrafo: além de um mês caminhou o jornal da Corte que registrava a auspiciosa Declaração da Soberania.

Antes porém que se espalhasse a nova pela hinterlândia, já os patriotas do Crato haviam-se insurgido contra a Junta Provisional formada em execução ao decreto de Lisboa datado de 1 de outubro do ano anterior: proclama-se ali a Independência e elege-se Pereira Filgueiras membro do Governo Provisório. A família Alencar, a escurraçada de 1817, será o caloroso estímulo desse movimento audacioso.

Dirige-se Filgueiras com a sua gente para Fortaleza, a fim de depor a Junta Provisional, eivada da pecha de constitucionalista e presidida pelo Ouvidor José Raimundo do Paço de Porbem Barbosa. No Icó, a meio caminho, e onde são derrotadas as tropas de linha e presos os seus comandantes, organiza-se definitivamente o Governo Temporário, constituído de Filgueiras, presidente, do padre Antônio Manuel de Sousa, que mais tarde se afamaria pela alcunha de *padre-benze-cacetes*, do vigário de Lavras, José Joaquim Xavier Sobreira, de Antônio Bezerra de Sousa Meneses, representante do Icó, de Francisco Fernandes Vieira, opulento fazendeiro e depois Visconde do Icó, como representante de S. Mateus (hoje Jucás) e de Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, delegado de Quixeramobim. A proclamação de Filgueiras, datada de 29 de outubro e do seu "quar-

tel general" do Icó, não deixa dúvida: desse no que desse, a Junta de Fortaleza seria deposta.

Entram na capital a 23 de janeiro e encontram a suspeita Junta descomposta, demitidos espontaneamente os seus membros desde 9 de novembro. Empossa-se afinal o Governo Temporário. A marcha libertadora vinha assim, do sertão para a praia, mas o medo antecipou o seu intuito. Em 24 de novembro, governo, clero, nobreza e povo haviam aderido ao novo Império, em sessão cuja ata atesta que a assembléia "aclamou Imperador Constitucional o Sr. D. Pedro de Alcântara, à imitação da Província do Rio de Janeiro, segundo consta das folhas públicas".

Pereira Filgueiras trazia uma predestinação: emigrou aos quatro anos de idade, com os pais — o português José Quesado Filgueiras e Maria Pereira de Castro, saídos da freguesia de N. Senhora da Oliveira, do arcebispado da Bahia, para o Cariri cearense. Muitas famílias baianas o praticaram igualmente a ajudaram a povoar aquela fértil região. O menino cresceu e tornou-se homem com os olhos enfiados nas belezas da serra do Araripe. Tomou robustez física a bendizer descomunal, um Gúliwer daqueles matos que acabou sendo, de tantas façanhas que se avolumaram na imaginação popular "Um sertanejo Filgueiras que não sabe ler, mas tem pacto com o diabo, em consequência do que não lhe entra chumbo" — é como o descrevia Caldeira Brant em carta ao Marquês de Resende, ao tempo da Confederação do Equador. Força de músculos e força de prestígio moral e político de igual tamanho. Ouvido e respeitado nos negócios particulares e públicos. Disseram dele, entre muitas outras coisas ser um "místico de bravura física, cupidez e crueldade". "Quase um irresponsável", no opinar de outros.

No entanto, o que realmente o caracteriza é a autoridade do homem assim com esses predicados no desenrolar dos fatos da história do Ceará, desde que iniciou as atividades comuns da vida até a morte. Fosse um ignaro, e no entanto indiscutivelmente era um líder. Ninguém o superou nisto, nas terras sul-cearenses e nas limítrofes com Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Mas, naqueles idos e relembrando o conceito de Mestre Gilberto Freyre, em bela conferência que pronunciou em Fortaleza, já se precisava do Ceará. Os ardorosos espíritos daqueles inquietos dependentes não se acomodariam aos favônios de uma vitória ganha.

No Piauí, a peleja independentista fracassava, contra o poderio das hostes adversárias contando com a cobertura do governo do Maranhão. Recorriam os piauienses aos auxílios do Ceará, numa de cujas vilas — a de Granja, se refugiaram os patriotas da Parnaíba, sem meios de resistir ao inimigo bem armado e numeroso.

As proclamações em 19 de outubro do magistrado João Cândido de Deus e Silva e do rico-homem, coronel de milícias Domingos Simplício Dias, serviram, entretanto, de motivo para o deslocamento das tropas portuguesas de Oeiras, então capital da colônia, em busca dos atrevidos parnaibanos. Comandava tais soldados o coronel João José da Cunha Fidié, da nímia confiança realista, ajudante de ordens que fora do Conde dos Arcos. Fora o arquiteto do palácio da Associação Comercial da Bahia. Recebera a recomendação de D. João VI para sustentar ali a causa da metrópole, “a ferro e fogo”.

Contingentes cearenses, improvisados na zona norte da Província, já entravam no Piauí, sob as ordens de Luís Rodrigues Chaves, Alexandre Néri Ferreira e João da Costa Alecrim. Há junção dessa gente com a piauiense do baiano Salvador Cardoso de Oliveira, porém este exército de socorro é desgraçadamente batido às margens do rio Jenipapo (13 de março de 1823).

É aí que a “guerra da Independência” tem a sua grande expressão humana cruenta e gloriosa: duzentos dos seus defensores caem mortos e quinhentos são feitos prisioneiros, para ser o caso de aplicar-se, com maior motivo, a advertência de Pedro Calmon: “Nem se dissesse, depois deste sacrifício e do mais que aconteceu em terras do Piauí e Maranhão, que a Independência fora um simples acordo amigável e fácil”.

O mesmo Pedro Calmon nos relata que visitou o campo do

Jenipapo, em 10 de junho de 1823, e viu “intacta a paisagem, permitindo se reconstitua a manobra. Há muitos túmulos espalhados pela campina que os lajedos, frequentes na região, assinalam toscamente: e um monumento humilde, em honra dos patriotas, posto em 1922”. Bem mereciam a simbolização do bronze como os de 2 de julho, e nem sequer são lembrados pelos que têm o dever de exaltar os imolados heróis do civismo.

A batalha de Jenipapo deu-se quando avisado Fidié de ter-se formado em Oeiras, na sua ausência, uma Junta nacionalista chefiada pelos Sousas Martins — Joaquim e Manuel (24 de janeiro), porém em vez de atacar a velha capital deliberou rumar ao Maranhão, onde, na vila de Caxias, seria mais estratégico estabelecer o seu quartel de operações.

Receosa de sua própria segurança, a Junta oeirense dirige novo apelo angustioso à Província do Ceará, cujo governo, sem delongas, lhe manda outro socorro — o chamado “Exército Libertador e Pacificador”, organizado Deus sabe como, sem armas melhores, sem a necessária disciplina militar, sem dinheiro. Trabalha ali, bem claro, aquele sentimento de brasilidade que Oliveira Viana não descobre nos brasileiros senão em momentos históricos raros e efêmeros.

Considerem-se as distâncias e as coisas da época. De Fortaleza ao Crato, via Aracati, estiravam-se mais de cem léguas, e outras muitas seria preciso palmilhar para atingir Oeiras. Outras muitas mais até Caxias. Não existiam estradas, senão caminhos péssimos, e não havia numerário para as despesas da expedição. Iria constituir-se lendária a viagem desse aglomerado de nordestinos de todos os tipos, só igualados na consciência de objetivos nobres, entre eles o da solidariedade do Ceará às províncias vizinhas e irmãs em ponto de serem esfaceladas pelo fogo dos fuzis e canhões da metrópole intransigente. Demore-se o pensamento nisto.

Partiu o exército da capital dos verdes mares em 29 de março e de vila em vila mais se ia reforçando. Para manter a todos, recorre-se às contribuições, que vêm espontâneas, e às requisições forçadas. Leva mais de um mês para encontrar-se no

Crato, onde acantonou a 5 de maio. Já eram 2.000 homens, aos quais se uniriam uns 1.500 vindos das redondezas. Comandam-nos José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, que daí para diante se irmanam até o sacrifício último na defesa dos mesmos ideais de liberdade.

O velho caudilho Filgueiras tinha agora ao seu flanco um dos que ele fizera prender, com a mãe, dona Bárbara, a heroína pernambucano-cearense, e o irmão seminarista, José Martiniano de Alencar, quando a destemida ação deste nesta sempre exaltada, dramaticamente histórica e para mim diletta cidade do Recife, visando a subtrair os brasileiros do guante asfixador dos mascates ou marotos reinós.

Nessa refrega nativista de 1817 excele a figura de José Martiniano, cuja presença se marcará decisiva nos fatos da vida política cearense e da vida nacional, como participante das Cortes de Lisboa, como participante da Federação do Equador, como participante, por duas vezes, do governo de sua província, como participante do Senado do Império, como principal participante da conjura que objetivava, e conseguiu, a maioria de Pedro II.

Tristão também excele naqueles fastos. Auxiliar imediato, dir-se-á um outro comandante, principal assessor de Pereira Filgueiras, sabe onde está a valentia e a hora de pô-la em função. Um dia morrerá trucidado nas areias do rio Jaguaribe defendendo a Federação de 1824, e permanecerá no coração dos seus conterrâneos homenageado como um dos vultos mais admirados da discutida gente andeja e cabeça-chata.

No dia 23 de julho — atente-se para a demora e os percalços da caminhada — o Exército Libertador e Pacificador, agora com a integração de elementos piauienses de Oeiras, vê-se diante da vila de Caxias, para enfrentar as metralhas de Fidié. Deixara atrás de si os amoráveis eflúvios da liberdade, não mais o Piauí sujeito às ferrenhas imposições dos anti-nacionalistas odientos.

São seis mil, dizem oito mil os soldados que põem cerco

ao reduto do Morro das Tabocas, depois de escaramuças com seus postos avançados. Filgueiras já recebera do Imperador — estava em Oeiras — carta de nomeação para comandar as tropas libertadoras do Maranhão (datada de 16 de abril) e nessa qualidade é que, regularmente, intima a render-se o obstinado chefe lusitano. A carta valia como ratificação eloquente ao comando de Filgueiras recebido do seu governo provincial.

Deve ficar mais conhecido e divulgado o texto do ultimato de Filgueiras, e transcrevo-o, no empolado de sua linguagem, o que lhe oferece melhor sabor, para que se medite nos seus termos de prudente entono e de elegância militar:

“A muita filantropia, de que abunda o meu coração, me conduz à presença de V. Sa., a fazer-lhe ver que chegou a ocasião de V. Sa. preencher o art. 3.º do Regulamento, convencendo-se de que não está abarracado em uma Tróia muralhada, e fornecida. Com denodo tem V. Sa. sustentado a sua errônea opinião, mais filha da intriga do que do dever; e como essa comigo não deve ter lugar, e o tempo dos prestígios esteja passado, poucos dias pode V. Sa. ser o flagelo desta porção de brasileiros, em cujo País infelizmente pisou. A sua reincidência já não é coragem, parece mera toleima que lhe grangeará eterno ódio dos habitantes de ambos os Mundos, e quando V. Sa. para afeiar as nossas ações, afastando-se das veredas trilhadas por militares probos, apelida de facciosa e pirata a uma porção de Povos, que zelosa de seus direitos procura destruir um pequeno foco de insídias, como manancial das divergências, tem feito o maior dos insultos a Nação Brasileira, que toda, a exceção de parte do Pará e capital do Maranhão, tem aderido à Independência, e concedida a hipótese de que seja um atentado e um erro, como dizem os lusitanos, já deixa de o ser quando a opinião se generaliza. Não lhe falo como amigo, porque o não posso ser de um opressor de minha Pátria, porém como humano e sensível às desgraças de meus semelhantes. V. Sa. não teve ordem positiva do Congresso a quem idolatra, nem S. M. F. para fazer guerra aos Brasileiros, ou defender a Vila de Caxias, como sustentáculo de criminosas preocupações, e por isso (caso fisicamente impossível) se V. Sa. pudesse conservar-se

nesse ponto por algum tempo de lobo sedento de sangue humano, e não intrépido guerreiro.

As cartas inclusas são demonstrativas do estado em que se acha a capital desta Província e saiba V. Sa. que Itapicuru, Tutóia, S. Bernardo, Jeatu, Carnaúbeiras, Viana e mais povoações têm aclamado o nosso Imperador, e recebido a Independência; a vista pois disto o que espera V. Sa. neste aperro de circunstâncias? Bem longe de temer a esta pequena força que V. Sa. tem à sua disposição, eu lhe falo com a singeleza de meu costume, e sem valer-me das eperbólicas e impolíticas expressões de que V. Sa. lança mão para abafar os naturais impulsos desses iludidos entes que o seguem, afirmo-lhe que V. Sa. não há de ser mais feliz do que o experimentado Luís Rego, e o marquiavélico Madeira que acaba de voar, e aos que V. Sa. tanto deseja imitar. Entre em si, e advirta que está em uma posição e circunstâncias que ignora até os movimentos da Europa e que garantindo os loucos caprichos de alguns atrabiliários patrícios que possuídos de pânico terrores, pensam que vinte e tantas peças montadas no Morro das Tabocas, sem gente para as manobrar, são capazes de fazer invencíveis. É preciso olhar para as coisas de todos os lados. O Brasil jamais retrogradará o heróico passo que tem dado, e por isso convém que V. Sa. persuadido de que eu não conheço o medo, o que lhe falo com conhecimento de causa, deixe de sacrificar tantas vítimas inocentes. V. Sa. tem defesa na responsável presença de S. M. Imperial, e deve preferir o pequeno incômodo de ir ali responder a um conselho e perda de tantos entes que podem ser profícuos: eu não tenho prevenções contra V. Sa. e hei de recebê-lo e tratá-lo como um meu semelhante. Se ontem a sua força, encaminhada a um ponto fraco, pôde tirar alguma vantagem, hoje e amanhã quando estiverem todos guarnecidos, serão infrutíferas as suas diligências; e os pequenos choques que têm havido com a pouca tropa que aqui se achava situando, assás tem provado a coragem dos Cearenses. Todas as Províncias Independentes do Brasil conservam europeus empregados e respeitam aos pacíficos, e pode V. Sa. certificar aos que o procedimento da plebe desenfreada tem incutido algum terror, de que a minha tropa é de homens católicos, têm subordinação, e que eu sei respeitar os

direitos individuais, e de propriedade, enfim, V. Sa. bem sabe como pode ganhar uma tábua para salvar-se, não espere ter a sorte do teimoso Madeira; pois que se a sua tropa tem alguma disciplinação deixa de ser brasileira, e as continuadas deserções o devem convencer de seu constrangimento. A política tem lugar em todas as circunstâncias; e a diferença de opiniões não me faz duvidar de que V. Sa. deixará de dizer-me alguma coisa sobre o que tenho expedido. Deus guarde V. Sa. Quartel do Bomfim, em 23 de julho de 1823, 2.º da Indep. e do Império. J. P. Filgueiras”.

Reage Fidié, e a Câmara de Caxias, de sua parte, nem diz que sim nem que não; é ambígua a sua resposta ao officio de Filgueiras a ela dirigido em termos semelhantes à mensagem ao comandante luso. Propõe-se e aceita-se parlamentar, estabelem-se condições e o resultado é demitir-se Fidié que, pundonoroso e ativo, passa a outrem a direção de sua tropa.

É o substituto, Luís Manuel de Mesquita — que negocia a capitulação. Apenas seis horas lhe restam para decidir: entregar-se ou suportar o efeito sangrento do ataque decisivo. Impunha a intimação fossem depostas as armas; se apossasse os sitiantes do Morro das Tabocas e da vila com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia; ficasse o exército vencido onde o vencedor determinasse. Obrigam-se contribuições em dinheiro a quem não tivesse antes contribuído, — mas garante-se a integridade dos derrotados com a nobreza inerente aos vencedores que sabem vencer.

A 1 de agosto, entram em Caxias, triunfalmente, os soldados cearenses e piauienses, e a Junta Expedicionária conclama “aos povos animando-os com a garantia dos direitos individuais e de propriedade, para lhes desterrar o terror pânico de que se achavam possuídos, e fazê-los entrar nos seus deveres”. E termina: “Vinde ver alegres jurar a Independência; ela vos dará segurança individual de propriedade, debaixo dos auspícios do Grande Pedro Primeiro, Defensor Perpétuo do Brasil. Reconhecei que o sistema que adotamos afiança o maior bem da nossa pátria. Obedecei à lei, e seremos felizes. Viva a Santa Religião

Católica. Viva o Senhor D. Pedro Imperador Perpétuo do Brasil e sua augusta Dinastia”.

O ato de proclamação solene deixa-se para o dia 7, já eleita a nova Câmara e um juiz de fora. Será de repetir, mais uma vez as palavras de justiça de Pedro Calmon: Dissessem, depois da campanha libertadora do Piauí e Maranhão que a Independência fora obra de um acordo amável de bastidores políticos...

Acontece que o glorioso feito não tem merecido o exame correto de sua alta e significativa importância na rememoração das glórias nacionais. Alguns historiadores nem o registam; outros, dedicam mofina referência tão só à chegada de Lord Cochrane a São Luís e a consequente e circunstancial rendição da cidade, o que nada influenciou na vitória do Morro das Tabocas, liquidando o derradeiro baluarte da resistência portuguesa no território brasileiro.

O texto de João Armitage, se não fora a inciência do jovem historiador inglês quanto aos acontecimentos que se passaram longe da Corte, seria um insulto: “Lord Cochrane — palavras suas — continuou a permanecer no Maranhão, tendo o cuidado de satisfazer as exigências da tropa indiana, recrutada na província do Piauí, a qual se bem que *nenhum serviço havia feito*, clamava pelo seu pagamento: mandou-lhes portanto sessenta contos de réis achados na Tesouraria”. Essa menoscabada tropa indiana eram os bravos independentistas do Ceará, Piauí e Maranhão. Recebiam a desprezível esmola de sessenta dinheiros, como recompensa a nada terem feito...

Será agora a ocasião para colocar no panteão da Independência os nomes desses que acabaram de consolidá-la. Há necessidade de interpretar com melhores elementos a jornada dos queimados sertanejos daquém e além-Parnaíba, dando-se a César a moeda de César. Queimados de sol, queimavam-se de ardor pela idéia de um Brasil-Nação, posto no lugar exato entre as demais do Mundo.

A História tem, bem se sabe, dessas descaídas, porém não se exime, não pode furtar-se às revisões sensatas e indispensá-

veis. A História é uma ciência com as demais, que encerra fundamental o princípio óbvio de que um enunciado tido como verdade cede a outro enunciado que o modifique ou destrua. A História é dinâmica, envolve e se aperfeiçoa na incansável procura da verdade histórica; nunca, um inviolável depósito de coisas intocáveis.